MEIO AMBIENTE
Secretaria de Estado do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos / SEMAR

Piauí
GOVERNO DO ESTADO

DECLARAÇÃO DE BAIXO IMPACTO AMBIENTAL

Nº PI-DBIA.09973-5/2026

PROCESSO: **DBIA.07331-0/2026**
VALIDADE: **13/08/2031**

A Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí , no uso das atribuições que lhe confere a Lei Estadual Nº 4.854, de 10 de julho de 1996, e de acordo com os procedimentos de Licenciamento Ambiental estabelecidos pela Lei Federal N° 6.938, de 31 de Agosto de 1981, e suas alterações, regulamentada pelo Decreto Nº 99.274, de 06 de junho de 1990 , resolve expedir a(o) presente DECLARAÇÃO DE BAIXO IMPACTO AMBIENTAL, nos termos, características e condições seguintes.

EMPREENDEDOR

NOME

ANDRADE & MIRANDA EMPREENDIMENTOS LTDA

CPF/CNPJ

61.917.623/0001-18

EMPREENDIMENTO

NOME

ANDRADE & MIRANDA EMPREENDIMENTOS LTDA

IMÓVEL

Zona do Imóvel:	Número do Imóvel:	Matrícula do Imóvel:
Zona Urbana	IU.009039-5	8553

ATIVIDADES

ATIV.43928

PARCELAMENTO DO SOLO PARA FINS RESIDENCIAIS E MISTOS (INCLUINDO EQUIPAMENTO DE INFRAESTRUTURA E TRATAMENTO DE ESGOTO/ETE) (D4-001)

Características:

Área Útil: 6,4699 ha

Município:

São Raimundo Nonato (PI)

Coordenadas Geográficas:

08°59'42.98"S / 42°40'52.06"O

Localização:

AV ANEL VIÁRIO, Nº S/N, BR 020, CIPÓ , 64770-000

Assinado eletronicamente por FELIPE GOMES DA SILVA (Diretoria de Licenciamento Ambiental) em 13/08/2026 às 14:41
[9Btn2Q7MaOk7s12UtTZsRS82pOCec7HtQmYfqAmiy1J323Sh2C1WQ6JJvqeGnMhT]

Assinado eletronicamente por VITORIA ALZENIR PEREIRA DO NASCIMENTO (Superintendência de Meio Ambiente) em 14/08/2026 às 07:49
[Qu37LdTtZHe6DWCJetfE6AeqWFjnBdVmUq9fAO5X0g12BpwwX1GSrYcdhQWmched]

Emitido eletronicamente em 14/08/2026 07:50 pelo sistema SIGA

A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link https://siga.semarh.pi.gov.br/validar/ informando o token a seguir:

[SIGA.46091-7/2026.B4DC.1621.3FD8]

MEMORIAL DESCRITIVO

(-42.681127777777775, -8.995272222222221)



DETALHAMENTO

Esta DECLARAÇÃO DE BAIXO IMPACTO AMBIENTAL é válida até **13/08/2031** desde que observadas as Condições Gerais e Condições Específicas descritas neste documento.

CONDIÇÕES GERAIS

Assinado eletronicamente por FELIPE GOMES DA SILVA (Diretoria de Licenciamento Ambiental) em 13/08/2026 às 14:41
[9Btn2Q7MaOk7s12UtTZsRS82pOCec7HtQmYfqAmiy1J323Sh2C1WQ6JJvqeGnMhT]

Assinado eletronicamente por VITORIA ALZENIR PEREIRA DO NASCIMENTO (Superintendência de Meio Ambiente) em 14/08/2026 às 07:49
[Qu37LdTtZHe6DWCJetfE6AeqWFjnBdVmUq9fAO5X0g12BpwwX1GSrYcdhQWmched]

Emitido eletronicamente em 14/08/2026 07:50 pelo sistema SIGA

A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link https://siga.semarh.pi.gov.br/validar/ informando o token a seguir:

[SIGA.46091-7/2026.B4DC.1621.3FD8]

i. A DBIA aprova, concomitantemente, a localização, instalação e operação da atividade;

ii. Esta DBIA deverá ser publicada em jornal de circulação local e no Diário Oficial do Estado conforme Lei N° 6.938/81, Art.10, §1° e Resolução CONAMA 06/86.

iii. Quando no empreendimento houver áreas de reserva legal, estas deverão, necessariamente, ser concentradas e, sempre que possível, contíguas às áreas de reserva legal dos empreendimentos vizinhos, existentes ou programados (aplicação do Art. 2º, do Decreto Estadual nº 11.126/2003), assim como às áreas de preservação permanente (Lei Federal nº 12.651/12), quando houver (aplicação do Art. 3º, do citado Decreto).

iv. O empreendedor e os profissionais que subscrevem o estudo ambiental e projetos técnicos, que subsidiaram esta Declaração são responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais. (Parágrafo único, Art. 11, Resolução CONAMA nº 237/97);

v. Em qualquer fase do empreendimento, se houver a descoberta fortuita de qualquer elemento de interesse arqueológico ou pré-histórico, o empreendedor ficará obrigado a comunicar o fato imediatamente à SEMAR e ao IPHAN.

vi. Qualquer alteração nas especificações das características da atividade/empreendimento deverá ser precedida de anuência da SEMAR.

vii. Apresentar cópia desta Declaração ao requerer sua renovação;

viii. Conforme inciso II, Art. 66 do Decreto Federal nº 6.514, de 22 de Julho de 2008, o não atendimento às condicionantes estabelecidas em Licença Ambiental ensejará na aplicação das sanções previstas no referido Decreto;

ix. Deverá ser mantida cópia desta Declaração no local da atividade/empreendimento;

x. Esta DBIA não autoriza a supressão de vegetação nativa nem intervenção em Área de Preservação Permanente (APP), manejo de fauna, queima controlada ou outorga de recursos hídricos;

xi. Atender a todas as recomendações sugeridas no estudo e adotar ainda todas as precauções necessárias a fim de que se evitem danos ao meio ambiente, bem como a efetiva implantação dos planos e programas de controle ambiental;

xii. Fica o empreendedor ciente de que, constatando a prática de algo divergente às diretrizes e especificações técnicas fixadas nos projetos e estudos ambientais acostados ao presente processo de licenciamento ambiental, ou a não concretização de alguma delas, estará enquadrado na infração prevista no Inciso II, Art. 66, do Decreto Federal nº 6.514/08, o que pode ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas neste mesmo diploma legal;

xiii. O empreendedor deverá adotar todas as precauções necessárias a fim de se evitar danos ao meio ambiente;

xiv. O empreendedor deverá comunicar, formalmente, à SEMAR, sobre a ocorrência de acidentes com danos ambientais ou vítimas humanas durante a implantação da atividade/empreendimento;

xv. Deverá ser mantida cópia desta Declaração no local da atividade/empreendimento.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

Não há Condições Específicas para esta "Declaração de Baixo Impacto Ambiental (DBIA)"

Assinado eletronicamente por FELIPE GOMES DA SILVA (Diretoria de Licenciamento Ambiental) em 13/08/2026 às 14:41
[9Btn2Q7MaOk7s12UtTZsRS82pOCec7HtQmYfqAmiy1J323Sh2C1WQ6JJvqeGnMhT]

Assinado eletronicamente por VITORIA ALZENIR PEREIRA DO NASCIMENTO (Superintendência de Meio Ambiente) em 14/08/2026 às 07:49
[Qu37LdTtZHe6DWCJetfE6AeqWFjnBdVmUq9fAO5X0g12BpwwX1GSrYcdhQWmched]

Emitido eletronicamente em 14/08/2026 07:50 pelo sistema SIGA

A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link https://siga.semarh.pi.gov.br/validar/ informando o token a seguir:

[SIGA.46091-7/2026.B4DC.1621.3FD8]

OBSERVAÇÕES

Recomendações Técnicas:

1. A presente Declaração de Baixo Impacto Ambiental – DBIA não autoriza a supressão, corte, destoca ou qualquer outra forma de intervenção em vegetação nativa existente na Área Diretamente Afetada – ADA.

2. Previamente ao início de qualquer atividade de limpeza de área, terraplenagem, abertura de vias, implantação de infraestrutura ou outra intervenção que implique supressão de vegetação nativa, o empreendedor deverá obter a correspondente Autorização de Supressão Vegetal – ASV junto ao órgão ambiental competente.

3. Fica expressamente vedada qualquer supressão de vegetação nativa antes da emissão da respectiva ASV, devendo a intervenção restringir-se rigorosamente às áreas e condições autorizadas no ato específico.

4. Deverão ser integralmente observadas as medidas de reposição, compensação, resgate, afugentamento de fauna, destinação de material lenhoso e demais obrigações eventualmente estabelecidas no procedimento de autorização de supressão vegetal.

5. Deverão ser preservados os indivíduos de vegetação nativa situados nas áreas verdes, espaços livres e demais porções não abrangidas pela intervenção autorizada, sendo vedada a ampliação da área de supressão sem prévia anuência da SEMARH.

6. Durante a implantação do empreendimento deverão ser executadas as medidas previstas nos projetos de drenagem e terraplenagem, incluindo dispositivos de dissipação de energia, contenção e controle do escoamento superficial, de forma a prevenir erosão, formação de ravinas ou voçorocas e carreamento de sedimentos para áreas adjacentes.

7. As obras deverão observar os projetos apresentados para abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e gerenciamento de resíduos sólidos, devendo eventuais alterações relevantes ser previamente submetidas à avaliação do órgão ambiental.

8. Os resíduos provenientes da implantação do loteamento deverão ser segregados, acondicionados, transportados e destinados de forma ambientalmente adequada, sendo vedada sua disposição em terrenos baldios, áreas verdes, vias públicas ou áreas de drenagem natural.

Teresina (PI), 14/08/2026

Assinado eletronicamente por FELIPE GOMES DA SILVA (Diretoria de Licenciamento Ambiental) em 13/08/2026 às 14:41
[9Btn2Q7MaOk7s12UtTZsRS82pOCec7HtQmYfqAmiy1J323Sh2C1WQ6JJvqeGnMhT]

Assinado eletronicamente por VITORIA ALZENIR PEREIRA DO NASCIMENTO (Superintendência de Meio Ambiente) em 14/08/2026 às 07:49
[Qu37LdTtZHe6DWCJetfE6AeqWFjnBdVmUq9fAO5X0g12BpwwX1GSrYcdhQWmched]

Emitido eletronicamente em 14/08/2026 07:50 pelo sistema SIGA

A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link https://siga.semarh.pi.gov.br/validar/ informando o token a seguir:

[SIGA.46091-7/2026.B4DC.1621.3FD8]

(assinado eletronicamente)
FELIPE GOMES DA SILVA
DIRETOR
AUDITOR FISCAL AMBIENTAL
Diretoria de Licenciamento Ambiental

(assinado eletronicamente)
VITORIA ALZENIR PEREIRA DO NASCIMENTO
SUPERINTENDENTE DE MEIO AMBIENTE
Superintendência de Meio Ambiente

Assinado eletronicamente por FELIPE GOMES DA SILVA (Diretoria de Licenciamento Ambiental) em 13/08/2026 às 14:41
[9Btn2Q7MaOk7s12UtTZsRS82pOCec7HtQmYfqAmiy1J323Sh2C1WQ6JJvqeGnMhT]

Assinado eletronicamente por VITORIA ALZENIR PEREIRA DO NASCIMENTO (Superintendência de Meio Ambiente) em 14/08/2026 às 07:49
[Qu37LdTtZHe6DWCJetfE6AeqWFjnBdVmUq9fAO5X0g12BpwwX1GSrYcdhQWmched]

Emitido eletronicamente em 14/08/2026 07:50 pelo sistema SIGA

A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link https://siga.semarh.pi.gov.br/validar/ informando o token a seguir:

[SIGA.46091-7/2026.B4DC.1621.3FD8]